

Predicados subjectivos: heterogeneidade enunciativa e construção de valor polémico

Helena Topa Valentim*

Resumo

A descrição dos valores enunciativos marcados pelo emprego de predicados subjectivos (como *pensar*, *achar*, *supor*, *presumir*...) nas segunda e terceira pessoas gramaticais e no contexto de uma relação de imbricação exige uma ordem de considerações distinta daquela que preside a descrição dos valores construídos no caso do emprego desses verbos na primeira pessoa. Por implicarem uma identificação entre sujeito do enunciado e sujeito modal, qualquer forma de dissociação enunciativa tem repercussões em termos do valor de determinação modal construído. Pretende-se, com este artigo, propor uma descrição do modo como a construção, ao nível da relação imbricante, de outra fonte enunciativa referencialmente distinta do sujeito da enunciação permite que, em virtude da construção de um ponto de vista modal duplo, se defina um contexto polémico.

Palavras-chave: Predicados subjectivos. Determinação modal. Sujeito enunciador/sujeito modal. Enunciação relatada. Valor polémico.

Introdução

O funcionamento sintático-semântico de predicados com os verbos subjectivos como *pensar*, *achar*, *supor*, *julgar*, *presumir* é, em muitos aspectos, comum. Por exemplo, sob o ponto de vista sintático, todos estes predicados integram uma estrutura de complementação. Vejam-se os seguintes enunciados:

- (1) Acho que o Ivo está doente.
- (2) Penso estarem contentes.
- (3) Julgava a Luísa mais alta.

Os enunciados assim construídos têm subjacente, ao nível predicativo, uma relação predicativa complexa. Em cada um desses enunciados, está em causa uma imbricação de duas relações predicativas cuja relação predicativa imbricada ($\langle_0 \rangle$) – aquela que instancia o lugar argumental de complemento objecto (C_1)

* Universidade Nova de Lisboa

Data de submissão: mar. 2012 – Data de aceite: maio 2012

no seio do esquema abstracto associado à relação predicativa imbricante ($\langle_1 \rangle$) – corresponde ora a uma completiva finita (enunciado 1), ora a uma completiva com infinitivo pessoal (enunciado 2), ora ainda a uma transitiva predicativa (enunciado 3).

Essa relação predicativa complexa é representável metalinguisticamente conforme se segue:

$$(a) \quad \langle_1 A R \langle_0 a r b \rangle_0 \rangle_1^1$$

Por conseguinte, a subordinação é descritível como uma relação predicativa complexa ou, mais especificamente como uma relação de imbricação entre duas relações predicativas. Por outro lado, a subordinação é perspetivável enquanto dispositivo de marcação de operações enunciativas, de que resulta a determinação dos valores temporais, aspectuais e modais dos enunciados.

Situemo-nos, pois, a este nível: ao nível enunciativo, mais propriamente ao nível da determinação modal desses enunciados, e da fundamentação subjacente à classificação dos predicados em causa como subjetivos (ver FRANCKEL; LEBAUD, 1990, p. 52).

Conforme observamos nos enunciados 1 a 3, todos eles na primeira pessoa, o emprego desses predicados implica uma identificação entre o sujeito do enunciado (correspondente ao sujeito sintático) e o sujeito da enunciação. Todo o tipo de dissociação, marcada ora pela segunda ora pela terceira pessoas, tem repercus-

sões em termos do valor de determinação modal construído, daí resultando a construção de relações de inferência. Assim, se, por um lado, qualquer outro tipo de predicado, dito “não subjetivo”, se presta a uma asserção em todas as pessoas (vejam-se os enunciados em 5),

(4) Eu adoro / Tu adoras / Ela adora a natureza,

por outro lado, um predicado subjetivo regista uma dissimetria entre os empregos na primeira pessoa e na segunda ou terceira pessoas.

Veja-se como um predicado subjetivo na segunda pessoa (enunciado 5), como na terceira pessoa (enunciado 6), não corresponde a uma simples constatação, podendo corresponder a uma espécie de conjectura por parte do sujeito enunciador (S_0), fundada num raciocínio por inferência, a partir da interpretação de índices.^{2,3}

(5) Tu achas que o Ivo está doente.

(6) Ela acha que o Ivo está doente.

Dessa constatação resultam duas questões, orientadoras deste estudo. Por um lado, que consequências tem a dissociação referencial entre o sujeito do enunciado / locutor ($S_2 = S_1$) e o sujeito enunciador (S_0) para a forma como é validada a relação predicativa imbricada? Por outro lado, como é que, nessa circunstância, se organizam os suportes do valor modal construído?

Enunciação relatada ou modalização do discurso em discurso segundo

Relativamente ao enunciado 6, a seguir retomado, diremos que, por se estar perante a heterogeneidade do locutor (S_1) em relação ao enunciador (S_0), está em causa a construção de uma enunciação relatada no sentido estrito.⁴ Mais especificamente, essa heterogeneidade explica-se como dissociação referencial entre locutor e enunciador, consistindo a natureza dessa relação num valor de rutura ao nível do operador de localização, marcado pela terceira pessoa.

(6) Ela acha que o Ivo está doente.

Porém, os predicados subjetivos – tal como os predicados percetivos (*ouvir, ver, cheirar...*) – colocam-nos diante da questão do limite dos verbos introdutórios de uma forma de enunciação relatada, mais propriamente do discurso indirecto.⁵

No caso de enunciados com predicados declarativos, na terceira pessoa e ao nível da imbricante, temos sempre enunciação relatada no sentido estrito, com as formas, segundo a tradição gramatical, do discurso direto (por exemplo, *Ela disse: “O Ivo está doente”*), do discurso indirecto (*Ela disse que o Ivo está doente*) ou do discurso indirecto livre (*Ela aproximou-se do meu ouvido: o Ivo estava doente*).⁶ Nesses casos temos sempre enunciação relatada no sentido estrito, em virtude de, além de marcarmos a construção da retoma de uma relação

predicativa pré-construída, os predicados declarativos, como se afirma em Reyes (1999), implicarem certo “mimetismo em relação ao enunciado relatado” (p. 370), isto é, em virtude de ser retomada a enunciação propriamente dita.⁷

No caso de enunciados com predicados subjetivos, como os que nos propomos descrever, podemos falar da construção de uma modalização “em segunda mão”, mais próxima do conceito de “modalização do discurso em discurso segundo” (“modalisation du discours en discours second”, proposto em Authier-Revuz, 1992).⁸ Nesse último caso, a modalização construída reenvia para outra situação de enunciação, caracteriza-se por ser *segunda*, dependente de outra enunciação. Não há, no entanto, uma retoma da enunciação para a qual reenvia a modalização construída, mas sim a retoma do constructo desta enunciação, isto é, a retoma do enunciado.

Dito por outras palavras, se na enunciação relatada, discurso indirecto, há construção de uma retoma de um ato de fala, no sentido austiniano,^{9,10} já no caso do enunciado 6, com um predicado subjetivo, não é necessariamente um ato de fala o que se retoma.¹¹ Ao validar uma relação predicativa complexa, o enunciador constrói uma asserção modalizada, pelo reenvio a outra situação de enunciação, definida, por conseguinte, através de uma outra coordenada subjetiva e espaço-temporal (*ela acha*) que define não só um espaço enunciativo, como também um espaço explicitamente cogni-

tivo.¹² Conseqüentemente, à semelhança do que, embora com reservas, se propõe em Duarte (1999), fará sentido distinguir “verbos que caracterizam ilocutória e perlocutoriamente a natureza do enunciado relatado” (verbos declarativos ou verbos *dicendi*) de verbos que, segundo Fludernik (1993), “[...] não introduzem relato mas apenas narração de estados psicológicos” (DUARTE, 1999, p. 374), isto é, que incorporam nocionalmente outras informações que não só a definição de um espaço enunciativo.¹³

Considere-se, porém, um possível enquadramento contextual do enunciado 6, sob a forma de uma troca intersubjetiva como a que se segue:

(6’)

A: Ela acha que o Ivo está doente.

B: Mas ela disse-o ou isso é uma suposição tua?

A: Não é uma suposição minha; ela disse-me que o Ivo estava doente.

Essa hipótese de contextualização permite atestar que, quando conjugados na terceira pessoa e integrando uma relação de imbricação, os predicados subjetivos podem marcar, ainda assim, uma retoma enunciativa, introduzindo, por conseguinte, uma enunciação relatada. Veja-se como, nessa possível contextualização do enunciado 6, a reformulação presente na segunda intervenção de A esclarece estar em causa, na primeira intervenção (enunciado 6), uma retoma enunciativa no sentido estrito: *ela disse-me que o Ivo estava doente*.

O funcionamento dos predicados subjetivos como introdutores de enunciação relatada (como em 6’) ou como modalizadores do “discurso em discurso segundo”, isto é, como modalizadores da enunciação, depende da natureza do termo que localiza o valor de determinação modal construído.

Senão vejamos. O enunciado 6 pode constituir ou não um enunciado relatado. Se corresponder a uma retoma enunciativa de uma enunciação situacionalmente distinta (construída noutra situação de enunciação, ou seja, noutra T e por outro S), 6 define-se como um caso de enunciação relatada, no sentido estrito. S₀ retoma, portanto, uma enunciação produzida por um enunciador distinto, de que dá conta pelo recurso à terceira pessoa. É o caso ilustrado na contextualização 6’, proposta pela clarificação por parte do enunciador A (*ela disse-me que o Luís tinha ido à praia*).

Ainda num enunciado como 6, os predicados subjetivos em análise, na terceira pessoa e no contexto de uma relação de imbricação, podem marcar, como quando conjugados na primeira pessoa, a construção de valores do mediativo de natureza inferencial (“evidencial”, segundo Palmer, por exemplo). Veja-se como a significação do enunciado 6 pode traduzir-se na construção de um juízo sobre a validação da relação predicativa imbricada com base num conhecimento não directo de natureza inferencial relativamente ao estado de coisas representado por essa relação predicativa¹⁴.

Essa possibilidade corresponderia, no enquadramento contextual proposto em 6', à hipótese de o enunciado 6 corresponder a uma "suposição" do enunciador A.

Comparemos, seguidamente, os enunciados 6 (aqui recuperado) e 7. Associemos-lhes outro termo (assinalado, em alternativa, como (a) e (b) e a itálico porque susceptível de não ser verbalizado), localizador do valor de determinação modal construído:

(6) Ela acha que o Ivo está doente.

(a) *Disse-me que ia com ele ao médico.*

(b) *Vi-a com um ar apreensivo.*

(7) Ela acha que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas.

(a) *Agora que anda a ser seguida por um nutricionista.*

(b) *Pelo que a ouvi dizer ao filho a propósito dos hábitos alimentares dela.*

Como no caso do emprego desses predicados na primeira pessoa, também no caso do emprego na terceira pessoa se pode construir um valor do mediativo de tipo inferencial, mais propriamente um valor de inferência abdutiva (6a e b e 7a e b). Descrito como um raciocínio lógico que se define com base numa relação não necessária entre dois termos – "q" e "p" – pode, por sua vez, decorrer de um conhecimento do sujeito enunciador (6a e 7a),¹⁵ mas que também pode radicar em mecanismos perceptivos, também com sede no sujeito enunciador (7b e 8b).

Só numa descrição do valor de mediativo em função do sujeito do enunciado ($S_2 = S_1$) – por exemplo no caso em que

o termo localizador do valor modal do enunciado 7 é um termo como c – se poderia falar da construção de uma inferência dedutiva, isto é, de um raciocínio lógico definido com base numa relação necessária mas não suficiente entre dois termos – "q" e "p"¹⁶:

(7) Ela acha que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas.

(c) *Uma vez que uma alimentação saudável tem um efeito benéfico na saúde.*

O valor de mediativo de um enunciado do tipo *ela acha que p*, tendo como critério o juízo inferencial do sujeito enunciador, só pode ser de natureza abdutiva: dada a *exterioridade* do enunciador – a disjunção referencial entre S_0 e S_1 ($= S_2$). O juízo construído pelo enunciador só se pode basear num raciocínio lógico definido com base numa relação não necessária entre dois termos, e nunca num qualquer tipo de relação necessária (dedução).

Além da sua natureza lógica, o raciocínio inferencial, construído com base numa relação de localização relativamente a um termo externo à relação de imbricação, define-se igualmente em função do que seja o termo localizado, que, no caso dos enunciados 6a e b e 7a e b, é o juízo modal, nunca a relação predicativa imbricada.

Novamente, só numa descrição em função do sujeito do enunciado ($S_2 = S_1$) (por exemplo de 6c) se poderia ter a relação imbricada como termo localizado relativamente a um termo externo à relação de imbricação:

(6) Ela acha que o Ivo está doente.

c) *O Ivo está pálido e indisposto.*

A possibilidade de explicitação, através do recurso ao operador causal *porque*, da relação causal entre o termo localizador (externo à relação de imbricação) e o termo localizado, não sendo exclusiva do caso em que o termo localizado é a relação imbricada, parece, nesse caso, mais aceitável do que quando o termo localizado é o juízo modal:¹⁷

6a Ela acha que o Ivo está doente porque *me disse que ia com ele ao médico.*

6a ? Ela acha que o Ivo está doente porque *vi-a com um ar apreensivo.*

6c ? Ela acha que o Ivo está doente porque *está pálido e indisposto.*

Modalização do discurso em discurso segundo e pensamento relatado

A caracterização dos verbos subjetivos como formas modalizadoras do “discurso em discurso segundo” (ou formas modalizadoras da enunciação) é suscetível a uma aproximação com as formas de “pensamento relatado”, características do “monólogo interior”, um modo de narração assim definido em vários estudos narratológicos, e perspectivado em termos de “discurso relatado” (ver, por exemplo, ROSIER, 1999).

Nesse domínio, um enunciado como 6 poderia corresponder a um “monólogo narrativizado”, isto é, ao discurso mental de uma personagem que é assumido pelo

narrador. Vejam-se os seguintes exemplos, retirados de um *corpus* literário:¹⁸

(8) A verdade era que sem ele tudo lhe parecia menos viável e digno de êxito. “Talvez – *pensou ela* – seja isto o amor que nos é permitido a todos nós, uma vontade de corresponder afinal à íntima realidade dos outros [...]” (Ref: L0501P0265X).

(9) Como nada via, *só pensava enrolar-se* a um canto tolhido de frio (Ref: L0095P0016X).

(10) Agora é que sim, *acreditou ele*, e o barquinho a motor principiou a deslocar-se a pouco e pouco, listras azuis dilatavam-se nos intervalos das nuvens (Ref: L0060P0309X).

(11) [...] o ervanário *acreditara que* a morgadinha combinara imprudentemente com Henrique uma visita nocturna à quinta dos Canaviais (Ref: L0016P0366X).

(12) O Gonçalo foi para a cozinha fazer o chá. *Achou que* a Teresa, naquela primeira noite, queria dormir no quarto lá de cima (Ref: L0071P0283X).

(13) Toda a sua alma simples e recta andava afogada em tristeza e sombra. E já não *davidava que* a monstrosidade do seu filho, era o castigo que a Virgem Maria dera ao seu orgulho de mãe (Ref: L0299P0036X).

(14) Como havia eu de chorar, porque havia eu de chorar se tinha comigo o meu filho? Porque ele se ia, *julgava ele...* (Ref: L0233P0042X).

Como constatamos nesses enunciados, o emprego dos predicados subjetivos é semelhante ao dos declarativos, no que respeita à possibilidade de aqueles precederem a relação predicativa correspondente ao conteúdo do “pensamento relatado” (9, 11, 12, 13), e de ocorrerem enquanto incisa (8, 10), ou ainda em posição final (14). Vejamos igualmente

que, “retomando” um “monólogo interior” (“discours solitaire”, segundo Rosier, 1999, p. 271), estas formas apresentam também a possibilidade de introduzir as formas de enunciação relatada tradicionalmente designadas como discurso direto (8), discurso indireto (9, 11, 12, 14), e até discurso (ou estilo) indireto livre (10).

Além disso, ainda no âmbito do emprego desses predicados como formas de “pensamento relatado”, características do “monólogo interior”, estes podem introduzir estruturas sintáticas semelhantes às que o emprego dos declarativos permite – conforme acima exemplificado, completivas (com complementador *que* e verbo finito ou infinitivas), e, conforme abaixo ilustrado, estruturas em que se constrói um complemento transitivo-predicativo (15, 18, 21, 22, 23, 25) –, assim como estruturas incompatíveis com o emprego dos verbos declarativos – em que se constrói, por exemplo, um juízo apreciativo (16, 17) assim como outros valores, adiante descritos e explicados.

(15) Então deixaste alguma sangria mal vedada, João Semana? Ah! Ah! ...E o reitor *achava deliciosa* a mortificação em que via o seu velho amigo (Ref: L0523P0360X).

(16) Depois, por causa dos escândalos da Eugénia, *achara melhor* mandá-la à frente para Lisboa (Ref: L0036P0127X).

(17) Mas D. Maria dos Prazeres *achou por bem* continuar a martelar o mesmo prego: - A boa bâtega que te podia ter apanhado no caminho. Já pensaste nisso? (Ref: L0012P0022X).

(18) Um anjo podia vir buscá-la para a conduzir ao seio de Abraão, que *não se*

achava em falta; podia vir que se não deixava saudades tampouco as levava (Ref: L0006P0184X).

(19) E disse-lhe bem alto, claro está, que *não acreditava nem uma palavra* das acusações que te fazia (Ref: L0474P0284X).

(20) Não se atreveu a sair de casa. *Acreditava nas almas penadas* (Ref: L0511P0197X).

(21) – Sim... devo dar-me bem... É o meu país. O “seu” país!... E ele que *a julgava brasileira!* – Não, sou portuguesa (Ref: L0379P0355X).

(22) Um enorme horror apoderou-se de Amélia, *julgou-se próxima* de assistir ao dissolver integral duma criatura (Ref: L0501P0254X).

(23) Ela bem sabia que as minhas noites não eram podres e, tal como alguns outros, *julgava-me um atormentado* (Ref: L0022P0014X).

(24) *Pensava na acumulação do seu dia*, como o rapazinho que era (Ref: L0062P0069X).

(25) [...] via o mundo; perdia a consciência da individualidade própria; *supunha-se Herodes* (Ref: L0016P0217X).

Construção do valor polémico

Veja-se, seguidamente o enunciado 26, igualmente fundado na heterogeneidade do sujeito do enunciado ($S_2 = S_1$) em relação ao enunciador (S_0), na segunda pessoa, dando-se, portanto, uma dissociação referencial entre locutor e enunciador, cuja relação assume um valor de diferenciação, em virtude da introdução explícita do interlocutor.

(26)? Achas que o Ivo está doente

Só apresentando contornos prosódicos específicos, essa sequência pode ser enunciativamente bem formada. A segunda pessoa introduz explicitamente o coenunciador, tornado interlocutor, e a combinação com os predicados subjetivos em análise apresenta várias restrições. Por exemplo, sem os contornos prosódicos marcadores de intersubjetividade, o interlocutor apresenta um estatuto instável e essa sequência deixa de ser enunciativamente bem formada (ver CULIOLI, 1978, p. 151).

Assim, essa sequência, desde que afetada, em toda a sua extensão, por marcadores de entoação específicos, nomeadamente por marcadores de uma operação intersubjetiva, recupera a sua boa formação. Pode, por exemplo, corresponder a uma interrogação total:

(26a) Achas que o Ivo está doente?

Pode igualmente corresponder a um raciocínio inferencial abduutivo construído com base numa relação de localização relativamente a um termo externo à relação de imbricação (assinalado como (a) e a itálico):

(26b) Achas que o Ivo está doente!

(a) *insistes em visitá-lo.*

Como quando o predicado subjetivo ocorre na terceira pessoa, nesse caso, a natureza da inferência que caracteriza este enunciado, na segunda pessoa, só pode ser abduativa – parafraseável, portanto, por *Ouvindo-te, percebo que tu pensas que o Ivo está doente.* Da mesma

forma, no âmbito da relação de localização que define o valor mediativo de natureza inferencial, o termo localizado é o juízo modal, não a relação imbricada. Veja-se, à semelhança do atrás proposto, a possibilidade de explicitação da relação causal entre o termo localizador (externo à relação de imbricação) e o termo localizado, através do recurso ao operador causal *porque*:

(26b¹) Achas que o Ivo está doente porque *insistes em visitá-lo.*

Marcada por uma curva entonacional cujo acento recai sobre o verbo, enquanto enunciado bem formado, 26 pode ainda definir um contexto polémico, mediante o qual o enunciador (S₀) refuta, total ou parcialmente, a validação, por parte do enunciador origem, da relação predicativa imbricada <o Ivo estar doente>, e não o juízo modal construído. Veja-se a possibilidade de 26 ser glosado por *Achas que sim, mas o Ivo não está doente*, ou ainda *Achas que sim, mas talvez o Ivo não esteja doente.*

Nesse caso, o enunciador refuta a validação da relação predicativa <o Ivo estar doente>, e não o facto de o seu coenunciador (enunciador da enunciação precedente) a validar. Podendo enquadrar a sequência 26, essa tensão polémica traduz-se no estabelecimento de um campo de forças intersubjetivas: o enunciador-locutor, ao validar uma relação predicativa complexa, constrói uma asserção modalizada, pelo reenvio a outra situação de enunciação, definida, por conseguinte, através de outra

coordenada subjetiva e espaço-temporal ((*tu*) *achas*, mas também (*tu*) *julgas* ou (*tu*) *pensas*), que define não só um espaço enunciativo – mais propriamente coenunciativo, por se tratar da segunda pessoa –, como também um espaço explicitamente cognitivo.

A construção, ao nível da relação imbricante, de outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 (localização entre S_1 e S_0 com valor de diferenciação) e a consequente não assunção da validação da relação predicativa <o Ivo estar doente> por parte do enunciador origem, permite, no caso de um enunciado correspondente a uma interrogativa total (26a), que esse pré-construa o espaço de validação do seu coenunciador, e permite, no caso do enunciado que defina um contexto polémico, que o enunciador pré-construa a não validação (glosada como *Achas que sim, mas o Ivo não está doente*) ou a hipótese de não validação (*Achas que sim, mas talvez o Ivo não esteja doente*) da relação predicativa imbricada¹⁹.

Nesse último caso – de definição de um contexto polémico –, num instante T_i , definido em relação a um instante origem, S_0 ou se situa no exterior (E), ou visa o exterior (E). S_0 manifesta uma discordância ou uma relutância face à validação da relação predicativa <p>, discordância ou relutância que se fundam na pré-construção, para S_0 , do valor complementar <p'>, sobrepondo-se e, portanto, invalidando <p>, ou coexistindo, embora de forma preponderante, com <p>. A construção de outra fonte

enunciativa referencialmente distinta pode, assim, ter como consequência a não validação (não assunção que pode ser total ou parcial) da relação predicativa <o Ivo estar doente>, por parte de S_0 . Dá-se, portanto, em função da discordância introduzida entre o valor validado pelo sujeito do enunciado-locutor e o valor validado pelo enunciador, a construção de um ponto de vista modal duplo.

Também o enunciado 6, como os dois enunciados (27 e 28), desde que realizados com uma entoação específica, permite definir um contexto polémico. Veja-se a permeabilidade desses enunciados a uma interpretação mediante a qual teríamos como glosa *Ela acha que sim, mas o Luís não foi à praia*, ou ainda *Ela acha que sim, mas talvez o Luís não tenha ido à praia*:

(6) Ela acha que o Ivo está doente.

(27) De acordo com ela, o Ivo estará doente.

(28) O Ivo, acha ela, estará doente.

É a construção de outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 (localização entre S_1 e S_0 , neste caso, com valor de rutura) e a consequente não assunção, total ou parcial, por parte de S_0 , da validação da relação predicativa imbricada <o Ivo estar doente> que permite a hipótese de, nos enunciados 27 e 28, como em 6, o S_0 pré-construir a não validação dessa relação predicativa, introduzindo uma discordância, ou seja, uma alteridade forte.

Tal pré-construção da não validação da relação predicativa institui o sujeito

enunciador – mas, em função da intersubjetividade enunciativa, também o coenunciador –, como fonte modal em posição de alteridade em relação ao sujeito do enunciado-locutor, rejeitando o valor de validação assumido por esse último. Assim se funda o que alguns autores referem como sendo uma interpretação contrafactual (ver, por exemplo, WYLD, 2001; DORO-MÉGY, 2003).

Em seqüências como as que se seguem, constrói-se um valor polêmico, que se traduz na pré-construção da não validação da relação predicativa imbricada. Está excluída, nessas seqüências, a possibilidade de construção de um valor polêmico fundado numa refutação parcial da validação da relação predicativa imbricada, que verificámos ser possível nos enunciados 6 e 27 e 28.

(29) O Ivo está doente? Isso é o que tu achas!

(30) O Ivo está doente? Isso é o que ela acha!

Consistindo em refutações relativamente a uma asserção pré-construída (*O Ivo está doente*) – que é da responsabilidade do coenunciador ou de S_1 –, esses enunciados compreendem uma seqüência inicial (*o Ivo está doente?*), com a forma de interrogativa total.²⁰ Simplesmente, em cada um destes casos, pela construção da seqüência que se segue (*Isso é o que tu achas!* e *Isso é o que ela acha!*), o enunciador trunca a recorrência ao coenunciador, característica de qualquer interrogativa, pré-construindo a não validação da relação predicativa em causa. Essa localização da relação predicativa no exterior (E) correspondente à

validação do complementar linguístico, é concebida intersubjetivamente, daí tratar-se da manifestação de uma discordância que define um contexto polêmico, tendo a seqüência interrogativa *O Ivo está doente?*, em ambos os casos, um valor exclamativo, mais concretamente, um valor exclamativo negativo.

Esse valor exclamativo negativo que a seqüência na forma interrogativa assume resulta de um processo de remodelização de que passamos a apresentar uma descrição metalinguística mais detalhada. O termo de partida da segunda parte desses enunciados (*isso*) remete anaforicamente para a relação predicativa da primeira seqüência: <o Ivo estar doente>. Por via desse processo de retoma, é construída uma estabilização que permite a seleção do valor positivo (*sim*, *o Ivo está doente*) da classe fechada (*sim / não*) que se pré-constrói através da interrogativa total, forma linguística da primeira seqüência. Concomitante a esse percurso pela classe e seleção de um valor, há a construção de uma remodelização, marcada pelo recurso ao verbo *achar* numa pessoa referencialmente distinta do enunciador (*tu achas*, *ela acha*), na segunda seqüência dos enunciados. Constrói-se, assim, um valor de discordância, mais especificamente um valor de refutação forte, correspondente a um distanciamento total do enunciador relativamente à validação positiva da relação predicativa <o Ivo estar doente>, pelo que os enunciados 29 e 30 são parafraseáveis, respectivamente, por

Tenho razões para dizer que o Ivo não está doente, contrariamente ao que achas e Tenho razões para dizer que o Ivo não está doente, contrariamente ao que ela acha.

De acordo com o que essas paráfrases põem em evidência, poder-se-á dizer que a remodelização em causa nos enunciados que definem um contexto polémico participa das características de construção de factos de surpresa – um dos valores do mediativo, de acordo com Guentchéva (1994, 1995, 1996).

Não tendo a generalidade das línguas, inclusivamente o português, desenvolvido marcadores específicos do valor admirativo, afirma-se em Campos (2001a) e na sequência de Guentchéva (1994), que “geralmente, uma forma mediativa que codifica a inferência é capaz de exprimir o valor de surpresa” (p. 337). Esse princípio poderá ajudar a descrever o valor de refutação forte que caracteriza esses enunciados. A partir de indícios observados em T_0 (*tenho razões*), é possível a S_0 reconstruir, por inferência abductiva, outro facto que constitui a negação do facto esperado, nesses casos, pelo coenunciador ou por S_1 , contrariando as respectivas expectativas (ver CAMPOS, 2001a; GUENTCHÉVA, 1994, p. 20-21).²¹

A definição do valor de surpresa a partir da sobreposição de um facto constatado ou inferido relativamente a um facto esperado (ou previsto) significa que há pré-construção. Assim se explica a expectativa, do coenunciador ou de S_1 ,

que é defraudada por via de uma refutação forte, construída pelo enunciador-locutor: como um pré-construído, isto é, como uma relação predicativa localizada no interior (I).

A caracterização que começámos por propor nos enunciados 29 e 30, como refutações relativamente a uma asserção pré-construída (*O Ivo está doente*), radica ainda no facto de a sequência inicial de ambos – com a forma interrogativa mas com um valor exclamativo negativo – incidir sobre um valor modal construído numa enunciação anterior – uma asserção positiva – e não sobre uma relação predicativa. Segundo Campos (1998a), estaremos, nesse caso, perante uma “enunciação interrogativa [...] ‘eco’ (com entoação interrogativa-exclamativa) da enunciação anterior sendo retomadas, nesse eco, as próprias formas linguísticas [...]” (ibidem, p. 94).

De qualquer maneira, se, na construção dos factos inferidos, a abdução reconstrói uma hipótese provável a partir de conhecimentos gerais, na construção dos factos de surpresa, a abdução reconstrói uma hipótese necessária à explicação dos factos constatados, mas em contradição com os factos previstos, no caso dos enunciados acima proposto, respectivamente, pelo coenunciador (29) e pelo S_1 (30) (ver GUENCHÉVA, 1994, p. 21).

Subjective predicates: enunciative heterogeneity and construction of a polemical value

Abstract

The description of the enunciative values associated to some subjective verbs of European Portuguese (like *pensar, achar, supor, presumir...*) in the second and the third grammatical persons and in subordinate linguistic contexts imposes some considerations clearly distinct from those imposed by the use of the first grammatical person. Because subjective predicates implicate, by definition, the identification between both subjects, enunciator and locutor, any kind of dissociation has consequences in terms of the modal determination value. With this article, we intend to propose a description of the way the construction of a different enunciative source (referentially distinct from the enunciator) allows, through the construction of a double modal point of view, the definition of a polemical context.

Keywords: Subjective predicates. Modal determination. Enunciator/locutor. Reported enunciator. Polemical value.

Notas

- ¹ É em Deschamps (1997, p. 66) que se propõe a representação metalinguística da relação predicativa imbricante (de índice 1) com maiúsculas e a da relação predicativa imbricada (de índice 0) com minúsculas. Cada relação predicativa (necessariamente orientada) é representada entre parênteses em ângulo (< >), conforme se propõe em Culioli.
- ² A natureza conjetural dos valores modais situados entre os polos positivo e negativo da escala de valores assertivos (do domínio do não certo, incluindo o incerto e o quase-certo) está na base do que, em Danon-Boileau; Bouscaren (1984), se designa por “commentatif”, isto é, está na base do conceito de “comentário”, conforme

definido, entre outros, por estes autores, assim como por Bouscaren; Chuquet (1987).

Conforme se propõe em Bouscaren; Chuquet (ibidem), o tipo de modalidade que caracteriza os processos comentativos (“procès commentatifs”) “entraînent la suspension de la validation de la relation predicative [...]” (1984, p. 62). O conceito de “comentário” nada tem a ver, segundo essa aceção, com o emprego comum deste termo, designando a forma de “intervenção do autor no texto”. Define-se, assim, em termos de localização de uma relação predicativa em relação a um ponto de vista (“il s’agit [...] uniquement d’un problème de repérage par rapport à un repère-point de vue” (DANON-BOILEAU; BOUSCAREN, 1984, p. 10)), pelo que, afirmam estes autores, se expressa mediante enunciados complexos – “les formes dites de ‘commentaire’ ne sont jamais autonomes mais liées” (ibidem) – diferenciando-se, assim, do que designam como “constats”, ou “[...] formes simples, dans lesquelles ce qui est dit apparaît détaché de tout point de vue” (1984).

- ³ Vai no mesmo sentido a afirmação de J. Fonseca (1993) a propósito da especificidade do caso do emprego da terceira pessoa de “verbos de opinião” ou de ‘atitude / percepção intelectual’ ou ‘percepção física’ (tais como *considerar, julgar, crer, saber, declarar, avaliar, sentir, pressentir, ver, reconhecer...*)” (p. 39). Afirma este autor que “[...] nos casos em que o sujeito do EN [enunciado] não coincide com o sujeito da enunciação haverá que atender ao espaço de verificação que se desenha em virtude de tais verbos se prestarem à formulação de relato [...]” (p. 39-40).
- ⁴ Em J. Fonseca (1993) descreve-se da seguinte forma a associação, aí proposta – referimo-lo atrás –, do emprego destes verbos quando na terceira pessoa à “formulação de relato”: “[...] em tais casos, o Locutor, pelo menos tendencialmente, implícita pragmaticamente algum distanciamento em relação à posição tomada pelo sujeito do EN [enunciado]” (p. 40). E este autor acrescenta – como “confirmativo daquela implicação pragmática” – a possibilidade de tal distanciamento ser “cancelado” pelo sujeito enunciador ou de este exprimir a sua própria opinião pessoal” (FONSECA, 1993). Adequando ao enunciado 6 a exemplificação, proposta em J. Fonseca (ibidem), do que este autor refere como “cancelamento” explícito do “distanciamento” do sujeito enunciador em relação à “posição” tomada pelo sujeito do enunciado, ou ainda como expressão da opinião pessoal daquele, obtemos os seguintes enunciados, o segundo dos quais (ii) de natureza polémica:
(i) Ela acha que o Ivo está doente, e tem razão.
(ii) Ela acha que o Ivo está doente, mas não tem razão.
(iii) Ela acha que o Ivo está doente, mas eu não sei.
- ⁵ Em Danon-Boileau; Bouscaren (1984), referem-se os verbos conceptuais e os verbos percetivos como particularmente problemáticos quanto ao seu uso como verbos introdutores da forma de enunciação relatada tradicionalmente designada como discurso indireto. Afirma-se relativamente a “to find”: “to find that”

introduit un énoncé rapporté de type style indirect conjonctionnel [...]” (p. 65).

Entre outros, em Bouscaren; Chuquet (1987), pelo contrário, não se problematiza o uso destes verbos como verbos introdutores da forma de enunciação relatada tradicionalmente designada como discurso indireto, chegando mesmo a afirmar-se o seu uso enquanto tal: “Le discours indirect peut également [como os verbos declarativos] être introduit par un verbe introducteur de type ‘procès mental’, *think, believe, etc.*, suivi d’une complétive [...]” (p. 110).

- ⁶ Só as formas do discurso direto e do discurso indireto se encontram verdadeiramente consagradas pela tradição gramatical. Deve-se a Bally (1912) uma nova abordagem do discurso indireto livre, forma até então tida como recurso literário, remetida, portanto, para a estilística. Para a renovação do estudo do “discurso relatado” em geral, recorde-se igualmente o impulso decisivo da reflexão proposta por Bakhtine et al. (1929). Para uma abordagem recente destas diferentes formas de enunciação relatada, ver, para o português, entre outros, Reis (por exemplo, [1975] 1984), J. Fonseca (1992), Duarte (1997, 1999), para o castelhano, Reyes (1993, 1994) e, para o francês, por exemplo, Danon-Boileau; Bouscaren (1984), Rosier (1999) (com incidência na significação semântico-pragmática) e Authier-Revuz (1978, 1982, 1984 e 1992) (sobre estas e outras formas de enunciação relatada – designadas “formes de l’hétérogénéité montrée dans le discours rapporté” – como, por exemplo, “le discours direct libre”).

- ⁷ Este valor de retoma de que os predicados declarativos na terceira pessoa são marcadores verifica-se tanto quando se não constrói qualquer relação intersubjetiva (como, por exemplo, em *Ele disse-lhe que fechou a janela*), como quando está em causa a construção de uma relação intersubjetiva (como em *Ele disse-lhe que fechasse a janela*). No primeiro caso, o verbo da relação predicativa imbricada encontra-se no indicativo. No segundo caso, constrói-se digamos que um “imperativo relatado”. Esse valor é marcado pelo modo conjuntivo do verbo da relação predicativa imbricada e pela não correferência existente entre os sujeitos da imbricante e da imbricada, tendo o verbo *dizer*, nesse caso, uma interpretação que se aproxima de *ordenar* ou *pedir*.

- ⁸ O conceito de “modalização do discurso em discurso segundo” (“modalisation du discours en discours second”) difere, por exemplo, do conceito, também proposto em Authier-Revuz (1992), de “modalização autonímica em discurso segundo” (“modalisation autonymique en discours second”). Definido em termos semióticos, o conceito de “autonímia” (“autonymie”) – em “modalização autonímica” (“modalisation autonymique”) – aproxima-se do conceito, clássico na tradição lógica, de menção. De um termo de que se faz menção se diz ser um “signo autonímico” (“signe autonyme”), por oposição ao uso que se faça desse termo, de que se diz ser um “signo *standard*” (“signe standard”) (ver AUTHIER-REVUZ, 1992, p. 39). Nesse sentido, discurso indirecto e discurso directo podem

ser descritos em função destes conceitos: “Dans le DI [discours indirect], l’énonciateur rapporte un autre acte d’énonciation [...] en *faisant usage* de ses mots à lui par lesquels il reformule les mots de l’autre message: le mode sémiotique du DI, est de façon homogène, le mode standard. [...] le mode sémiotique du DD [discours direct], est [...] hétérogène: standard dans le syntagme introducteur, il est autonome dans la partie ‘citée’, c’est-à-dire montrée” (p. 40). Apesar da fidelidade por que optámos ao traduzir o conceito de “modalização do discurso em discurso second”, proposto em Guentchéva, e, portanto, da manutenção do termo “discurso” (em “modalização do discurso em discurso segundo”), entendemos ser teoricamente mais adequado o termo “enunciação”, pelo que teríamos “modalização da enunciação em enunciação segunda”.

- ⁹ Ver Austin ([1962] 1975).
- ¹⁰ Embora não se fale explicitamente em ato de fala, em Simonin (1984), faz-se uma referência clara à especificidade do valor de retoma (“de l’assertion de S₁”) no caso do discurso indireto. Tem-se uma retoma sempre que se está perante um pré-construído, uma construção que não é assumida pelo enunciador e que se refere, explicitamente ou não, a uma outra enunciação, asserção de S₁. Afirma-se em Simonin (p. 58): “Dans le cas du discours indirect, la reprise est explicitement référée à une autre énonciation, reprise de l’assertion de S₁.”
- ¹¹ Esta afirmação parece poder ser corroborada por diferentes reflexões, diversamente enquadradas em termos teóricos, a propósito do que se constrói com o emprego dos aqui designados verbos subjetivos, na terceira pessoa. É o caso da reflexão proposta em Charolles (1976). Falando em termos de “potencialidade comunicativa”, enquanto capacidade de expressão de um ato de fala, esse autor não apresenta o verbo *penser* como um “verbo de comunicação” em virtude de uma característica sintática: não tem – justifica – na sua “gelha argumental” o argumento objecto indireto *ibidem*, p. 86). Também em Fludernik (1993) se classifica *think*, por exemplo, como um verbo mediante o qual, na terceira pessoa, se constrói “pensamento relatado” (“thought report”) e não enunciação relatada (*ibidem*, p. 292). Em Martins-Baltar (1976), propondo-se uma divisão dos, aí considerados, verbos *dicendi*, distinguem-se os verbos conceptuais (*crer, pensar*) dos verbos que exprimem atos de fala (*dizer, criticar*). Em Kebrart-Orecchioni (1980), uma classificação dos “verbos de comunicação” prevê a distinção entre “verbos locutórios” (“[...] qui dénotent un comportement de parole, et que domine l’archilexème ‘dire’” (p. 103)) e “verbos de juízo e de opinião” (“[...] qui véhiculent une évaluation modalisatrice portée par Lo [locuteur] sur la relation entre x et y” (p. 104)). Diferente é a posição defendida em Leech (1983), onde se procede a uma revisão da taxinomia de atos de fala de Searle (1976) que culmina na distinção entre o relato de fala, que se socorre de verbos ilocutórios, e o relato de pensamento, que se socorre de verbos não ilocutórios, mas com eles relacionados.

Estabelece-se, assim, uma distinção entre “predicados ilocutórios” e “predicados psicológicos”, correspondendo aos primeiros a realização, segundo formulação de Searle, de atos assertivos, diretivos e comissivos, rogativos e expressivos, e aos segundos a realização de atos creditivos, volitivos, dubitativos e atitudinais. Recorde-se igualmente a fundamentação da proposta de Deschamps (1997) da classificação dos verbos declarativos (“verbes de dire”) em oposição com os verbos classificados como de pensamento, ou conceptuais (“verbes de pensée (conceptuels)”). Se, por um lado, os verbos declarativos marcam a localização da relação predicativa numa relação interlocutória, por outro, o tipo de operação primitiva de localização de que os verbos conceptuais são marcadores é definido como uma assunção epistémica da relação predicativa imbricada (p. 64).

¹² A demarcação dos valores construídos pelos verbos aqui analisados relativamente ao conceito de ato de fala (claramente realizável através de verbos declarativos como, por exemplo, *dizer, jurar, prometer*) bem como a sua, daí decorrente, impossibilidade de refletir os fenómenos da enunciação relatada, por um lado, e da performatividade, por outro, sugere a fronteira estabelecida por Alexandrescu (1976) entre a modalidade epistémica e as outras modalidades. Alexandrescu começa por apresentar a hipótese de que “tout énoncé est modalisé par l’opérateur B [opérateur modal de croyance] ou K [opérateur modal du savoir] même s’il est modalisé aussi par d’autres opérateurs secondaires par rapport à ceux-ci, qu’ils présupposent” (p. 25). As outras modalidades são referidas por este autor por via de uma explicitação lexical em enunciados declarativos, correspondendo, portanto, a diferentes tipos de atos ilocutórios. A diferença entre a modalidade epistémica e as outras modalidades reside, pois, no facto de a primeira, subentendendo sempre – de forma explícita (pelo léxico) ou de forma implícita (pela entoação etc.) – um operador “crer” ou “saber”, estar implicada na enunciação de qualquer enunciado e de, inversamente, as outras modalidades não serem necessariamente constitutivas da enunciação (p. 24).

¹³ Há, pelo menos, dois factos linguísticos cuja possibilidade é uma consequência direta desta especificidade dos verbos conceptuais. Referimo-nos, por um lado, ao facto de a dissociação entre o sujeito enunciador (S_0) e o sujeito do enunciado-locutor ($S_2 = S_1$) – decorrente de uma relação de localização com valor de rutura ou com valor de diferenciação – poder introduzir uma discordância, ou alteridade forte, definindo um contexto polémico (i). Por outro lado, temos a possibilidade de construção de um valor de contraposição, a partir da disjunção abstrata entre S_0 e $S_2 = S_1$, marcada pela primeira pessoa quando o verbo conceptual da imbricada ocorra no pretérito imperfeito (ii): (i) A Ana pensa que cozinha bem (mas não cozinha). Pensa que és esperto (mas não és). (ii) Eu pensava que ainda tinha duas horas pela frente para acabar o trabalho (mas afinal não tenho).

Se – conforme veremos adiante –, em qualquer um destes casos, se constrói um ponto de vista modal duplo, no caso dos enunciados que se seguem (iii), com um verbo *dicendi* ao nível da relação imbricada, o mesmo não se dá: o ponto de vista modal não deixa de ser uno.

(iii) A Ana diz que cozinha bem.

Eu dizia constantemente que não tinha medo.

¹⁴ Esse facto acarreta a hipótese de existência de uma relação semântica entre os valores de modalidade epistémica, marcados pelos predicados subjectivos, e a categoria mediativo (i.e., a origem da informação contida na relação predicativa imbricada). Defendida em Campos (2001a), a relação semântica entre as categorias modalidade e mediativo e a consequente possibilidade de um enquadramento da descrição desta última na perspectiva enunciativa culioliana havia sido já sugerida em Guentchéva (1995): “[...] les opérations qui relèvent du médiatif, font partie, me semble-t-il, du domaine (encore à explorer et à structurer) des opérations énonciatives et modales” (p. 313). Acrescenta essa autora: “La théorie des opérations énonciatives [...] devrait fournir le cadre formel pour définir avec précision les différents types de ‘prise en charge’ de la lexis” (1995).

¹⁵ Também designado *modus tolens*, o raciocínio lógico abduutivo descreve-se da seguinte maneira: “Se ‘p implica q’ é verdadeiro e se se constata q, então p é (possivelmente) verdadeiro.”

¹⁶ O raciocínio lógico dedutivo, também designado *modus ponens*, descreve-se da seguinte maneira: “se se tem p e se sabe que ‘p implica q’ é verdadeiro, então q é (necessariamente) verdadeiro”.

¹⁷ Os juízos recolhidos quanto à boa, aceitável ou má formação enunciativa dos enunciados 6a e 6b foram de tal modo divergentes que não podemos deixar de assinalar a sua diferença relativamente à boa formação de 6a. Acrescente-se ainda que uma possível ambiguidade a este nível (dupla interpretação em função da identificação do termo localizado: relação imbricada ou juízo modal?) só se verifica no caso de o predicado subjetivo estar na primeira pessoa.

¹⁸ *Corpus* literário, com dimensão de dois milhões de palavras (autores portugueses do século XIX e contemporâneos), provenientes do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), cedido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

¹⁹ Em Doro-Mégy (2003), refere-se esse facto, não em termos de construção de um contexto polémico, mas sim como um desdobramento do suporte modal, isto é, como possibilidade de se distinguirem várias instâncias subjetivas no domínio de validação: “[...] l’énonciateur prend parfois également position par rapport à ce même contenu propositionnel” (p. 215).

²⁰ Uma interrogativa total caracteriza-se pela construção de uma operação de percurso que incide numa classe fechada de dois valores – positivo (ou de validação) e negativo (ou de não validação) – e por um valor inter-subjetivo. É, por conseguinte, mediante esses factos

que o sujeito enunciador constrói antecipadamente a validação (I) ou a não validação (E) da relação predica-tiva e, não estando em condições ou não a querendo validar – isto é, situando-se ou simulando posicionar-se num grau zero do conhecimento –, recorre ao seu co-enunciador para que seja ele, coenunciador, a construir essa validação (ou não-validação).

²¹ Outra paráfrase que esses enunciados nos sugerem seria *O Ivo não está nada doente*. A dupla negação aqui construída (*não está nada*) marca exatamente uma oposição entre o que será o facto previsto (*O Ivo está doente*) e o facto constatado (*O Ivo não está doente*), oposição esta subjacente ao valor de surpresa.

Referências

- ALEXANDRESCU, S. Sur les modalités croire et savoir. *Langages*, v. 43, p. 19-27, 1976.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, v. 73, p. 98-111, 1973.
- AUTHIER-REVUZ, J. Les formes du discours rapporté. *Drlav*, v. 17, p. 1-87, 1978.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *Drlav*, v. 26, p. 91-151, 1982.
- AUTHIER-REVUZ, J. Repères dans le champ du discours rapporté. *L'Information Grammaticale* v. 55, p. 38-42, 1992.
- BAKHTINE, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, [1929] 1977.
- BALLY, C. Le style indirect libre en français moderne, I e II. *Germanisch Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, p. 549-556, 597-606, 1912.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Francke, [1932], 1965.
- BOUSCAREN, J.; CHUQUET, J. *Grammaire et textes anglais*. Guide pour l'analyse linguistique. Paris: Ophrys, 1987.
- CAMPOS, M. H. C. *Dever e poder*. Um subsistema modal do português. Lisboa: JNICT/FCG, 1998.
- CAMPOS, M. H. C. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In: SILVA, A. S. (Org.). *Linguagem e cognição*. A perspectiva da linguística cognitiva. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Filosofia, p. 325-340, 2001.
- CHAROLLES, M. Exercices sur les verbes de communication. *Pratiques*, v. 9, p. 83-107, 1976.
- CULIOLI, A. Valeurs modales et opérations énonciatives. *Le Français Moderne*, v. 46, n. 4, 1978. p. 135-155, 1990.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations Paris: Ophrys, 1990.
- DESCHAMPS, A. Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes. In: RIVIÈRE, C.; GROUSSIER, M. L. (Ed.). *La Notion*. Paris: Ophrys, 1997. p. 60-74.
- DORO-MÉGY, F. Rôle de l'articulation entre sujet de l'énoncé et sujet énonciateur dans le fonctionnement et la traduction en français des verbes think et believe. In: MERLE, J. M. (Coord.). *Le Sujet*. Paris: Ophrys, 2003. p. 213-224.
- DUARTE, I. M. R. (Ainda) em torno do discurso indirecto livre. In: *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, p. 593-600, 1997.
- DUARTE, I. M. R. *O relato de discurso na ficção narrativa*. Contributos para a análise da construção polifónica de *Os Maias* de Eça de Queirós. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Dissertação de Doutoramento.
- FLUDERNIK, M. *The fictions of language and the language of fiction*. The linguistic representation of speech and consciousness. London and New York: Routledge, 1993.
- FONSECA, J. Heterogeneidade na língua e no discurso. In: *Linguística e texto / discurso*. Lisboa: ME/ICALP, p. 249-292, 1992.

- FONSECA, J. *Estudos de sintaxe semântica e pragmática do português*. Porto: Porto Editora, 1993.
- FRANCKEL, J. J.; LEBAUD, D. *Les figures du sujet*. A propos des verbes de perception, sentiments, connaissance. Paris: Ophrys, 1990.
- GUENTCHÈVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française*, v. 102, p. 8-23, 1994.
- GUENTCHÈVA, Z. L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs. In: BOUSCARREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. (Ed.). *Langue et langage*. Problèmes et raisonnement en linguistique. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p. 301-315.
- _____. Introduction. In: GUENTCHÈVA, Z. (Ed.). *L'Énonciation médiatisée*. Louvain: Paris Peeters, 1996, p. 11-18.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- MARTINS-BALTAR, M. Les verbes transpositeurs du discours rapporté. In: GAUVENET, H. (Dir.). *La pédagogie du discours rapporté*. Paris: Crédif, 1976, p. 63-72.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- REIS, C. *Estatuto e perspectiva do narrador na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, [1975], 1984.
- REYES, G. *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco Libros, 1993.
- REYES, G. *Los Procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*. Madrid: Arco Libros, 1994.
- ROSIER, L. *Le discours rapporté: histoire, théories, pratiques*. Paris: Éditions du Duculot, 1999.
- SEARLE, J. R. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SIMONIN GRUMBACH, J. De la nécessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative. *Drlav*, v. 30, p. 55-62, 1984.
- VALENTIM, H. T. *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Dissertação de Doutoramento.
- WYLD, H. *Subordination et énonciation, Cahiers de Recherche* (numéro spécial). Paris: Ophrys, 2001.